



No primeiro semestre de 2021 se reafirmou a agressão ao patrimônio ambiental do governo Bolsonaro e os fortes ataques do Congresso Nacional

O primeiro semestre de 2021 foi marcado por diversas atitudes do governo atual que mostram a irresponsabilidade criminosa da gestão Bolsonaro e seu compromisso com as pautas contrárias ao meio ambiente, ao serviço público, à cidadania e ao povo brasileiro. A **Ascema Nacional** se posicionou contra diversas medidas e propostas prejudiciais à Nação, algumas delas inconstitucionais, e que são prioridades do presidente atual e/ou de seus aliados no Congresso Nacional. Enquanto o ex-ministro Ricardo Salles comandava o Ministério do Meio Ambiente, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ia realizando seu desejo de desmontar os órgãos ambientais e o crime organizado avançou a passos largos. Hoje o ministro é outro, mas a vigilância da sociedade sobre o governo ainda se mostra fundamental. Joaquim Leite é mais um sinal do quanto estamos à mercê de um presidente que manipula lideranças ministeriais em prol de seus caprichos. Leite é considerado um “ruralista raiz”, conselheiro da Sociedade Rural Brasileira há 23 anos, e que mantém até hoje litígio contra indígenas em disputa por uma parte da Terra Indígena Jaraguá, em São Paulo, sendo que, na década de 90, sua família chegou a perseguir estes indígenas e a maldizer publicamente a Funai.

A saída do ex-ministro Ricardo Salles, ocorrida em 23 de junho, não indicou melhora do cenário de desestruturação das políticas e dos órgãos ambientais, produzido ao longo de seus dois anos e meio de comando da pasta, seja por haver continuidade de seus atos, equipe e veiculação a grupos de interesses na pessoa de seu sucessor, Joaquim Leite, seja pela continuidade das orientações oriundas do Presidente da República. A situação que levou o ex-ministro a pedir exoneração, e as apurações, tais como a CPI da Covid, deixam pistas do quão inconfessáveis e não republicanos têm sido os interesses que regem as políticas desta gestão.

A expressão que há pouco mais de um ano deu especial notoriedade a Salles, a de “passar a boiada”, referia-se a aproveitar a “distração” com a pandemia para efetuar alterações no plano infralegal, ou seja, que não precisassem passar pelo Congresso (alterar as leis). Embora desmontes nos atos infralegais tenham continuado a ocorrer, como a Portaria do MMA N.º 145 de 2021, que dificulta a gestão de projetos, e a INC do MMA/Ibama/ICMBio N.º 01 de 2021, que trava a fiscalização, a conciliação, a instrução e o julgamento das multas ambientais, assistimos também à uma grande ofensiva de “passar a boiada” no Congresso Nacional, tratando de tentar mudar leis fundamentais e até mesmo a Constituição e de apresentar projetos de lei completamente nocivos, sem nenhum debate com a sociedade civil.

Por exemplo, viraram “assuntos urgentes” destruir o Licenciamento Ambiental, militarizar o Sisnama, criar estradas dentro de parques nacionais, legalizar vastas extensões de terra griladas, acabar com direitos e territórios indígenas, etc. Boiadas perigosas, um verdadeiro “estouro” da Política Ambiental Brasileira.

Militarização do meio ambiente

O processo de militarização continuou no governo federal, inclusive com o Decreto Presidencial N.º 10.727, que facilitou a permanência de militares em cargos civis por tempo indeterminado. Felizmente, há resistência democrática, por exemplo com a PEC N.º 21 de 2021 da deputada federal Perpétua Almeida, que conta com o apoio de cinco ex-ministros da Defesa, que pretende restringir essa “circulação” militar pelas esferas de poder e a consequente politização dos quartéis e polícias.

Neste cenário, no que se refere à área ambiental, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, comandada por uma bolsonarista de primeira ordem, a deputada Carla Zambelli (PSL-SP), não por acaso casada com o comandante da Força Nacional, aprovou a inserção das polícias militares, dos bombeiros militares, das polícias civis, da Polícia Federal e das guardas portuárias no Sisnama (Sistema Nacional de Meio Ambiente), através do PL N.º 6.289 de 2019, de autoria do deputado Coronel Tadeu (PSL-SP).

O Sisnama é responsável por toda a política e gestão ambiental pública no País, incluindo a fiscalização, o licenciamento ambiental e a gestão de Unidades de Conservação. O Sistema vem sofrendo sucessivos ataques e desestruturação, com relação ao que foi duramente construído ao longo de quatro décadas, de trabalho técnico, de controle e participação social. Como exemplo, temos praticamente a destruição de seu órgão colegiado máximo, o Conama, espaço que era uma riquíssima e importante arena de debates e normatização infralegal ambiental.

Licenciamento ambiental

Ainda na linha da destruição, há o PL N.º 3.729 de 2004, apelidado de “a mãe de todas as boiadas”, autodenominado “Lei Geral do Licenciamento Ambiental”, mas que se caracteriza muito mais por acabar com o licenciamento. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora aguarda tramitação no Senado. O PL determina autonomia para que estados e municípios adotem procedimentos próprios para a concessão de licenças, para que atividades como a mineração possam adquirir licença auto declaratória sem análise de órgãos ambientais.

O projeto desconsidera o papel preventivo e orientador de boas práticas do licenciamento ambiental, destrói o objetivo de zelar pelo interesse público em favor de interesses privados, o que aumenta grandemente o risco de acidentes e de mazelas à saúde pública, piora as emissões de poluentes, ameaça espécies de extinção, ou mesmo ecossistemas inteiros. Trata-se também de evidente violação aos direitos constitucionais e territoriais dos povos

indígenas, das populações tradicionais e das mais desfavorecidas, obrigadas a coabitar de perto com indústrias, grandes empreendimentos e seus impactos socioambientais mais intensos. Tais consultas nas etapas prévias e audiências públicas do Licenciamento Ambiental são direitos conquistados após décadas de luta da sociedade civil, que serão sumariamente destruídos.

Grilagem de terras

No começo do semestre, o PL N.º 510, do senador Irajá Abreu (PSD-TO), tentou legalizar a grilagem no País. O projeto altera a legislação atual sobre a ocupação de terras que não possuem proprietários legais. A mudança facilita que terras públicas desmatadas de modo ilegal se tornem propriedades de quem as utiliza. O texto modifica o marco temporal para a comprovação da ocupação da terra, fazendo com que o interessado precise demonstrar ocupação anterior a 25 de maio de 2012.

Dadas as fortes resistências, o PL teve sua tramitação paralisada por enquanto, mas houve manobras na Câmara, com interferência direta de Arthur Lira, para aprovar, às pressas, outro “PL da Grilagem”, o de N.º 2.633 de 2020. Ele teve requerimento de urgência aprovado, ou seja, deixou de ser debatido nas comissões, e foi direto ao plenário da Câmara. Este PL facilita a legalização de invasões de terras, e, na prática, perdoa e regulariza terras griladas (roubadas), em geral públicas.

Isto provoca aumento do desmatamento, já que derrubar florestas é o primeiro passo utilizado por grileiros, e ruralistas em geral, para demarcar a “posse” de uma área. Algo inaugurado na política arcaica dos ditadores militares dos anos 60 e 70, que promoviam a ocupação da Amazônia por milhares de produtores rurais, sem critérios técnicos, ambientais e legais.

Pesquisas do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) indicam que a aprovação do PL N.º 2.633 pode provocar, até 2027, um desmatamento adicional de até 16 mil quilômetros quadrados. Mas o governo Bolsonaro apoia e promove todos estes interesses de destruição. Suas promessas na Cúpula do Clima, em abril, não passam de falácias, no ditado popular, “para inglês ver” (literalmente). As Comitivas estão sendo formadas às COPs (Conferência das Partes) N.º 26, do Clima, e à N.º 15, da Biodiversidade, mas sabemos que nada de concreto será apresentado, da mesma forma como vem ocorrendo.

O impacto negativo desses PLs que incentivam o desmatamento, a grilagem e outros crimes são reconhecidos até mesmo por empresas nacionais e internacionais, que se posicionaram nesse primeiro semestre, como as representadas pelo CEBDS¹ e empresas internacionais de varejo e produção de alimentos, que chegaram a anunciar que, caso o PL da Grilagem e outras medidas que prejudiquem o meio ambiente sejam aprovadas, as empresas "não terão

1

<https://cebds.org/ibnbio/em-carta-manifesto-sobre-neutralidade-climatica-a-biodiversidade-brasileira-se-apresenta-como-elemento-chave-para-a-transformacao-da-economia/>

escolha a não ser reconsiderar o uso da cadeia de suprimentos de commodities agrícolas brasileiras." ²

Além disso, o PL N.º 4348/2019 pode legalizar casos de violência no campo e grilagem de terras públicas. A proposta abre a possibilidade de desconstituição de projetos de assentamento de reforma agrária.

Unidades de Conservação em perigo

Outra “boiada urgente” que a Câmara tentou passar, com forte mobilização contrária, foi a do PL N.º 984 de 2019. Ele propõe a criação de uma nova categoria de Unidade de Conservação, denominada “Estrada-Parque” (algo completamente diferente do conceito de estrada-parque vigente em outros países), para viabilizar o desmatamento de uma faixa de 17 km de Mata Atlântica, com árvores com mais de 40 anos onde houve um caminho chamado Estrada do Colono, no Oeste do Paraná, e que corta o Parque Nacional de Foz do Iguaçu ao meio.

A empreitada causaria impactos que comprometem o território mais sensível desta área protegida, podendo gerar desmate de centenas de hectares de floresta habitada por espécies ameaçadas de extinção, como a onça-pintada. Além disso, haveria aumento de invasão de caçadores de animais silvestres, de atropelamento de fauna, de entrada de espécies exóticas invasoras, entre outros problemas, com comprometimentos ao título de Patrimônio Mundial da Humanidade conferido pela UNESCO, as cataratas do Iguaçu e a economia local que vive do turismo.

Mas a ameaça vai além do Parque Nacional do Iguaçu: A criação dessa falsa categoria de área protegida abriria precedente para estradas “rasgarem” unidades de conservação pelo restante do país.

As unidades de conservação também são ameaçadas por outras propostas como o PL N.º 2001/2019, do deputado Pinheirinho (PP-MG). A presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Carla Zambelli, continua pautando propostas de lei contra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC, como o referido PL, que inviabiliza a criação de novas UCs ao mesmo tempo que ameaça a extinção das existentes que não tiverem indenizado propriedades rurais eventualmente sobrepostas.

Direitos dos Povos Indígenas

Os direitos dos povos indígenas também estão sob ataque no Congresso e no Poder Executivo, com forte impacto na conservação da sociobiodiversidade. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou no primeiro semestre deste ano o PL N.º 490/2007, que permite que o governo tire da posse de povos indígenas áreas oficializadas há

²

<https://br.financas.yahoo.com/noticias/importadores-voltam-amea%C3%A7ar-boicote-caso-23500624.html>,

décadas, escancara as Terras Indígenas (TIs) a empreendimentos predatórios, como o garimpo, e, na prática, vai inviabilizar as demarcações, totalmente paralisadas pelo governo Bolsonaro.

A proposta altera o Estatuto do Índio (Lei N.º 6.001/1973) e permite a supressão de direitos dos indígenas garantidos na Constituição, entre eles, a posse permanente de suas terras e o direito exclusivo sobre seus recursos naturais. O projeto de lei permite a implantação de hidrelétricas, mineração, estradas e arrendamentos, entre outros, eliminando a consulta livre prévia e informada às comunidades afetadas. A proposta permite retirar o “usufruto exclusivo” dos indígenas de qualquer área “cuja ocupação atenda a relevante interesse público da União”. Vai viabilizar ainda a legalização automática de centenas de garimpos nas TIs, hoje responsáveis pela disseminação da covid-19, a contaminação por mercúrio, a destruição de nascentes e rios inteiros e o desmatamento.

Também tramita no Congresso o Projeto de Lei N.º 191/2020, que permite mineração, garimpo e exploração de petróleo em terras indígenas. De acordo com o PL, as populações indígenas seriam consultadas, porém não teriam poder de veto caso o governo declare que a atividade seja de “interesse nacional”.

A Medida Provisória N.º 1055 de 2021, que estabelece a “Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética”, sob controle exclusivo do MME (Ministério de Minas e Energia), retirando da necessária, correta e ambiental gestão das águas o principal órgão federal, a ANA (Agência Nacional de Águas) e o Ibama, atropelando por completo a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei N.º 9.433 de 1997) é outro golpe autoritário que pode trazer prejuízos irreversíveis para toda a Nação, inclusive no que tange o patrimônio ambiental.

Esta MP é mais uma das “torneiras abertas” que incentiva o desmatamento e o desmonte de órgãos comprometidos com a pauta socioambiental. A privatização da Eletrobrás (MP N.º 1.031) acolheu “jabutis” como mais termelétricas a serem custeadas com dinheiro público e uma grande linha de transmissão sem a devida consulta ao povo indígena afetado, os Waimiri Atroari. Ressalta-se que termelétricas devem ser evitadas, e não promovidas, devido aos intensos impactos socioambientais envolvidos.

Reforma administrativa, atos do Executivo e meio ambiente

A Reforma Administrativa (PEC N.º 32) avançou no Congresso, sob resistência e denúncia de suas artimanhas feita por vários setores do serviço público e a **Ascema Nacional** tem atuado nesse processo. Se hoje os servidores ficam de mãos atadas por chefias nomeadas politicamente, o cenário anunciado se a PEC N.º 32 for aprovada tende a tirar direitos sociais, precarizar serviços públicos e intensificar cenários como os hoje assistidos de perseguição e assédio moral e institucional de servidores públicos .

A Portaria n. 151/2021 gerou mobilização dos servidores e da opinião pública contra o cerceamento da liberdade científica no ICMBio. A portaria coloca em xeque a transparência dos processos internos, que estão cada vez mais sendo colocados em sigilo nos órgãos, em clara dissonância com o preconizado na legislação em vigor que reza que o sigilo deve ser a exceção e não a regra no serviço público.

Também neste início de ano, o governo federal decidiu excluir o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, da atribuição de divulgar alertas sobre incêndios em todo o País. O órgão fazia esse trabalho há décadas, sendo uma ferramenta crucial para orientar o combate aos incêndios florestais e estimar o volume queimado em cada região. Desde meados de julho, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), ligado ao Ministério da Agricultura, é o responsável por divulgar essas informações.

A visão de espaço de negócios do patrimônio ambiental brasileiro também ganhou força neste semestre com o impulsionar de Unidades de Conservação que foram inseridas em editais do Programa Nacional de Desestatização e programas pouco transparentes em seus processos, objetivos e controles públicos, como o “Adote Um Parque” e o Floresta+, criados por decretos e portarias. Mesmo conquistas históricas junto ao Congresso Nacional, como o Pagamento por Serviços Ambientais, passam por leituras por vezes pouco ortodoxas na atual gestão pública.

É preciso nos mantermos atentos, vigilantes e firmes na luta. O serviço público e o meio ambiente não podem ser alvo de ataques como estes, de medidas e leis que não visam beneficiar ninguém além dos garimpeiros ilegais, grileiros, desmatadores ilegais e dos setores ruralistas e empresariais mais retrógrados. É importante frisar que, além das ameaças, perseguições aos servidores públicos, tem havido intensa e crescente violência rural, sobre indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e pequenos agricultores, apoiada por este “clima” infeliz de “liberou geral” à bandidagem no campo.

Bolsonaro, Arthur Lira e seus capangas precisam ser contidos. Salles caiu de forma vergonhosa, suspeito em diversos crimes, saindo de forma suja pela porta dos fundos do ministério. Nos mantemos alertas e lutaremos por vitórias na contenção desta terrível boiada ecocida, anti-ambiental, anti-social e que coloca o País como pária internacional. Fora Bolsonaro! A boiada não vai passar!